INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 28/06 A 02/07



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

O final da semana passada foi marcado pelo envio dos projetos complementares da reforma tributária (IR, IPI e Lucros e Dividendos), o dep. Celso Sabino (PSDB/PA) relatará os impostos sobre a renda e Luiz Carlos Motta (PL/SP) as mudanças no PIS/Cofins (CBS). Também foi marcado pelo depoimento do dep. Luís Miranda (DEM/DF) e seu irmão na CPI da Covid quanto a compra da vacina indiana Covaxin, em que anunciou ter avisado o presidente Jair Bolsonaro de possíveis irregularidades na importação da vacina indiana e citou o líder de governo na Câmara Ricardo Barros (PP/PR). Com isso o foco da CPI da Covid mudou de direção.

Nesta segunda (28) senadores apresentaram notícia-crime contra o presidente da República, Jair Bolsonaro. A notícia-crime pede ao STF que intime a Procuradoria-Geral da República (PGR) a se manifestar sobre a possibilidade de uma denúncia contra Jair Bolsonaro pelo crime de prevaricação, previsto no artigo 319 do Código Penal. Também quer que o STF cobre de Bolsonaro que responda se teve conhecimento da denúncia dos irmãos Miranda e se tomou providências quanto a elas. Por fim, os senadores pedem que o tribunal exija da Polícia Federal que informe se houve abertura de inquérito sobre o caso Covaxin.

Na Câmara dos Deputados, teve a divulgação da agenda prevista para terça-feira (29) com projetos relacionados principalmente à pandemia. E na comissão especial sobre o voto impresso, o relator dep. Filipe Barros (PSL-PR) apresentou nesta segunda (28) parecer favorável e que exige garantia de sigilo do eleitor.

No Senado Federal, a previsão de pauta para a semana inclui propostas como o PL 2108/2021, que revoga a Lei de Segurança Nacional e propõe medidas de defesa ao Estado Democrático de Direito, além do PL 4728/2020 e do PLP 46/2021, ambos relativos ao novo REFIS, para refinanciamento das dívidas de empresas e pessoas físicas, que fazem parte do pacote da Reforma Tributária.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (28)

9h30 - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)
Audiência Pública
A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realiza audiência pública para debater sobre o PL 786/2019 que trata do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor.
Foram convidados para o debate:
● **Marcel Leonard** - Representante da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento (ABIPAG)
● **Câmara Brasileira de Economia Digital**
● **Ricardo de Barros Vieira** - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço (Abecs)
● **Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior** - Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
● **Fabrício de Mota Alves** - Advogado Especialista em Direito Digital

TERÇA-FEIRA (29)

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | DELIBERATIVA

A pauta do plenário foi divulgada, mas não há pautas de interesse previstas até o momento.

9h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

PL 2863/2020 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, para autorizar, dentre outros, o parcelamento de débitos em execuções trabalhistas durante o período de estado de calamidade e enfrentamento

de emergência de saúde pública decretado em razão do Covid-19, bem como nos dezoito meses subsequentes à data do término do referido período.
RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO.
PARECER: Parecer às Emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Augusto Coutinho (SOLIDARI-PE),
pela aprovação deste e das Emendas, com Substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 9467/2018 - do Sr. Alessandro Molon - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 -
Consolidação das Leis do Trabalho. Altera o caput do art. 443 e a revogação do § 3º deste artigo e do art. 452-A visam a suprimir a possibilidade do contrato de trabalho intermitente, introduzido na CLT pela Reforma Trabalhista.
RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Contrário ao Projeto

PL 4043/2019 -do Sr. Alexis Fonteyne - que "altera a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências".
RELATOR: Deputado TIAGO MITRAUD.
PARECER: pela aprovação deste e dos PLs NoS 4.109/2019 e 5358/2019, apensados, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 6098/2019 -do Sr. Jerônimo Goergen - que acrescenta dispositivo à Lei n. 13.874/19, para autorizar a concessão de indenização por danos cíveis ao particular lesado por medida ou sanção administrativa que ilegalmente restringir a atividade econômica
RELATOR: Deputado KIM KATAGUIRI.

PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PDL 394/2020 - Do sen. Alessandro Molon (PSB/RJ), que susta os efeitos de dispositivos do Decreto 10.747, de 26 de agosto de 2020, que aprovou a estrutura da ANPD.
RELATOR: dep. André Figueiredo (PDT/CE)
PARECER: pela aprovação.
Orientação: acompanhamento.

QUARTA-FEIRA (30)

09h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
PLP 5/2021 - do Sr. Efraim Filho - que "altera a Lei Complementar no 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria".
RELATOR: Deputado DA VITORIA.
PARECER: pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
Orientação: A Favor do Parecer

PL 4758/2020 - do Sr. Enrico Misasi - que "dispõe sobre a fidúcia e dá outras providências".
RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.
PARECER: Parecer às Emendas apresentadas ao Substitutivo do Relator, Dep. Eduardo Cury (PSDB-SP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à

adequação financeira e orçamentária;
Orientação: A Favor do Parecer

9h - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

REQ 88/2021 - do Sr. Vitor Lippi - (REQ 81/2021) - que "requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater sobre o PL 2358/2020 (CIDE- Digital)".
Posicionamento: Favorável ao Requerimento

9h30 - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)

PL 4347/1998 - do Sr. Walter Pinheiro - que "estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências".
Explicação: Define as lesões por esforços repetitivos - LER ou DORT.
RELATORA: Deputada REJANE DIAS.
PARECER: pela aprovação na forma do Substitutivo 1 da CTASP.
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 4865/2016 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais".
RELATOR: Deputado MARX BELTRÃO.
PARECER: pela aprovação, com substitutivo.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

13h - COMISSÃO DE COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)



PLP 29/2020 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Simples Nacional para conceder isenção Tributária para Micro Empreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas em situação de emergência sanitária.
Autor: Helder Salomão (PT-ES)
Relator: Otto Alencar Filho (PSD-BA)
Posição: Favorável

PL 1465/2020 - Permite que dívidas de empresas com governos municipal, estadual e federal, oriundas do período de calamidade pública devido ao combate à pandemia do vírus Covid-19, não possam resultar na inscrição dessas empresas no cadastro de devedores.
Autor: Filipe Barros (PSL-PR)
Relator: Marco Bertaiolli (PSD-SP), favorável com substitutivo.
Posicionamento: contrário ao PL, favorável ao substitutivo.

PL 3911/2020 - do Sr. Samuel Moreira - que "possibilita a concessão de linha de crédito no âmbito do PRONAMPE, do PEAC e do PESE para pagamento de tributos, inclusive vencidos, e débitos inscritos em dívida ativa". Explicação: Altera a Lei nº 13.999 de 2020.
RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
PARECER: pela rejeição
Orientação: Favorável ao Parecer pela rejeição

PL 478/2020 - do Sr. Denis Bezerra - que "proíbe a destruição de produtos não perecíveis não comercializados ou devolvidos pelo consumidor".
RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrários ao Projeto / Contrários ao Parecer

PL 645/2019 - do Sr. Vander Loubet - que "concede benefícios tributários a empresas que contratem
trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de

idade".
RELATOR: Deputado CAPITÃO FÁBIO ABREU.
PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos da Mulher.
Orientação: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer

PL 3605/2020 - do Sr. Eduardo Costa e outros - que "altera a Lei no 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para permitir a redução de taxas de juros a micro e pequenas empresas em financiamentos com base na Taxa de Longo Prazo – TLP e sua taxa de juros prefixada, especialmente enquanto durarem os efeitos sociais e econômicos da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19".
RELATOR: Deputado JOAQUIM PASSARINHO.
PARECER: pela aprovação, com emenda.
Orientação: Favorável ao Projeto / Favorável ao Parecer

QUINTA-FEIRA (24)

9h - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

PL 4316/2019 - do Senado Federal - Rodrigo Cunha - que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PDL 659/2019 - do Sr. José Guimarães - que "susta os efeitos do Decreto no 10.051, de 09 de outubro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação do cidadão nas decisões do Estado. " (Apensado: PDL 681/2019)
RELATOR: Deputado CÉLIO MOURA.



PARECER: pela aprovação deste, e do PDL 681/2019, apensado, com substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 1087/2020 - do Sr. Paulo Pimenta - que " "Altera o disposto na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando o inciso IV, §2o do Art. 3o, e assim, ficando impedida a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante todo o período do reconhecimento de estado de calamidade pública em razão dos efeitos da pandemia de coronavírus."" (Apensados: PL 1687/2020 e PL 1700/2020).
RELATOR: Deputado BOZZELLA.
PARECER: pela rejeição deste, da Emenda 1, da CDC, e dos PLs 1687/2020 e 1700/2020, apensados.
Orientação: Favorável ao parecer pela rejeição

PL 7931/2017 - do Sr. Márcio Marinho - que "dispõe sobre o pagamento opcional de couvert artístico em bares e restaurantes". (Apensados: PL 291/2019 e PL 1868/2019)
RELATOR: Deputado CÉLIO MOURA.
PARECER: pela aprovação do PL 7931/2017 e dos PLs 291/2019 e 1868/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 9255/2017 - da Sra. Erika Kokay - que "acrescenta novo § 4o ao art. 52 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para permitir a alteração, por parte do consumidor, da data de vencimento de contrato de crédito por ele celebrado".
RELATOR: Deputado JÚLIO DELGADO.



PAUTA DO SENADO FEDERAL

15h - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

QUINTA-FEIRA (31)

PL 4728/2020 - reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de que trata a Lei nº 13.496, de 2017, e ajusta os seus prazos e modalidades de pagamento.
Autor: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
Relator: Sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Parecer: não publicado
Posicionamento: a definir conforme o parecer.

PLP 46/2021 - Do Sen. Jorginho Mello (PL/SC), institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a custear linhas de crédito às microempresas e empresas de pequeno porte (Cide-Crédito-MPE).
RELATOR: Sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE).
Parecer: pendente.
Posicionamento: a definir conforme o parecer.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 28/06 A 02/07





AGENDA LEGISLATIVA

BAHIA

PL 21.816/2016 (Carta com AR) - *Regulamenta a inclusão de dados do consumidor em cadastros de proteção ao crédito*
Situação: Protocolado voto contrário na CCJ, aguarda deliberação.

DISTRITO FEDERAL

PLC 53/2020 (Tributos) **-** *Altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aplicando a alíquota de 5% sobre todos os serviços relacionados ao setores de cartório, bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União.*
Situação: Autógrafo encaminhado ao Executivo. Prazo para sanção ou veto: 16/07/2021.

ESPÍRITO SANTO

PL 235/2020 (Suspensão da negativação / Covid-19) - *Dispõe sobre a suspensão de cobrança de juros, correção monetária nos contratos de financiamento e veda a negativação nos órgãos de proteção ao crédito nas relações de consumo no âmbito estadual durante o Estado de Calamidade provocado pelo COVID-19.*
Situação: Protocolada minuta de parecer pelo procurador geral, pela inconstitucionalidade do projeto e manutenção do despacho denegatório.

GOIÁS

PL 340/2021 (Cobranca / dia e horario de contato) - *Estabelece o horário para a cobrança de débitos por telefone*

ao consumidor, e dá outras providências.
Situação: Designado relator Vinícius Cirqueira (PROS), na CCJ. Aguarda elaboração do voto.

MATO GROSSO

PL 152/2020 (Sac - Chamada de vídeo para surdos) - *Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico "call centers", serviço de atendimento ao cliente "SAC" e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do Estado de Mato Grosso.*
Situação: Aprovado parecer favorável, na Comissão de Defesa do Consumidor, referente às emendas de plenário. Aguarda entrada na CCJ.

RIO DE JANEIRO

PL 4257/2021 (Utilities - cobrança (covid19)) - *Altera a lei estadual nº 8769, de 23 de março de 2020 e dá outras providências*
Situação: Disponibilizadas íntegras de emendas apresentadas em plenário.

DISTRITO FEDERAL]

PLENÁRIO - 29/06 | 15h
Item 33, para **discussão única** do **veto total** ao **PLC 37/2020** (Suspensão da negativação / covid-19).

RIO DE JANEIRO

PLENÁRIO - 30/06 | 13h
Pautado, em **discussão única,** o **PL 4257/2021** (Utilities - cobrança (covid19)).

Informações adicionais: O projeto recebeu emendas em plenário. Os pareceres das comissões às emendas serão proferidos em plenário e ainda não estão disponíveis.

NOVAS PROPOSIÇÕES

ESPÍRITO SANTO

PL 291/2021 - Estabelece a proibição de as empresas que atuam no Estado do Espírito Santo solicitarem cadastro prévio, no âmbito das relações de consumo, para efeito dos clientes/consumidores obterem informações acerca de produtos e serviços, na forma que especifica. **Autor:** Luiz Durão (PDT)
Situação: Protocolado.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL Sistema CNDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

